

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES E O PROCESSO DE INCLUSÃO: UM OLHAR  
SOBRE AS PRÁTICAS DE DIFERENCIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR  
BRASILEIRO**

CURRICULAR ADAPTATIONS AND THE INCLUSION PROCESS: A LOOK AT  
DIFFERENTIATION PRACTICES IN THE BRAZILIAN SCHOOL CONTEXT  
ADAPTACIONES CURRICULARES Y PROCESO DE INCLUSIÓN: UNA MIRADA A  
LAS PRÁCTICAS DE DIFERENCIACIÓN EN EL CONTEXTO ESCOLAR  
BRASILEÑO

*María Lusení Gonçalves*

**RESUMO**

Este artigo visa analisar as adaptações curriculares como um pilar fundamental para a educação inclusiva no Brasil, utilizando uma abordagem de pesquisa bibliográfica e documental para examinar as normativas e teorias de autores como Vygotsky, Maria Teresa Mantoan e Rosângela Gavioli Prieto. O texto explora os desafios práticos da diferenciação pedagógica em três níveis: o risco de superficialidade nas adaptações de pequeno porte, as dificuldades de priorização de conteúdo nas de médio porte e o perigo de segregação nas de grande porte. O artigo também ressalta a importância do Plano de Ensino Individualizado (PEI) como uma ferramenta crucial para garantir que as adaptações sejam significativas para a aprendizagem de cada estudante. Em sua conclusão, o trabalho argumenta que a efetivação da inclusão depende de um investimento em formação de professores e de uma mudança de mentalidade que adapte o sistema educacional às necessidades do aluno, e não o contrário.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; adaptações curriculares; plano de ensino individualizado (pei); formação de professores.

**ABSTRACT**

This article analyzes curricular adaptations as a fundamental pillar of inclusive education in Brazil, using a bibliographic and documentary research approach to examine the norms and theories of authors such as Vygotsky, Maria Teresa Mantoan, and Rosângela Gavioli Prieto. The text explores the practical challenges of pedagogical differentiation on three levels: the risk of superficiality in small-scale adaptations, the difficulties in prioritizing content in medium-scale adaptations, and the danger of segregation in large-scale adaptations. The article also emphasizes the importance of the Individualized Teaching Plan (ISP) as a crucial tool for ensuring

that adaptations are meaningful for each student's learning. In its conclusion, the article argues that effective inclusion depends on investment in teacher training and a change in mindset that adapts the educational system to the student's needs, rather than the other way around.

**Keywords:** School inclusion; curricular adaptations; individualized teaching plan (isp); teacher training.

## RESUMEN

Este artículo analiza las adaptaciones curriculares como pilar fundamental de la educación inclusiva en Brasil, utilizando un enfoque de investigación bibliográfica y documental para examinar las normas y teorías de autores como Vygotsky, Maria Teresa Mantoan y Rosângela Gavioli Prieto. El texto explora los desafíos prácticos de la diferenciación pedagógica en tres niveles: el riesgo de superficialidad en adaptaciones a pequeña escala, las dificultades para priorizar el contenido en adaptaciones a mediana escala y el peligro de segregación en adaptaciones a gran escala. El artículo también enfatiza la importancia del Plan de Enseñanza Individualizado (PEI) como una herramienta crucial para asegurar que las adaptaciones sean significativas para el aprendizaje de cada estudiante. En su conclusión, el artículo argumenta que la inclusión efectiva depende de la inversión en la formación docente y un cambio de mentalidad que adapte el sistema educativo a las necesidades del estudiante, y no al revés.

**Palabras clave:** Inclusión escolar; adaptaciones curriculares; plan de enseñanza individualizado (pei); formación docente.

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem se movido em direção à inclusão, com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/96) servindo como pilares para garantir o direito à educação a todos, sem distinção de suas capacidades físicas, intelectuais ou sociais. No entanto, o mero ato de matricular alunos com deficiência em escolas regulares não garante sua plena participação e desenvolvimento. Para que a inclusão seja efetiva, é crucial que as escolas e seus educadores adotem abordagens pedagógicas distintas, com destaque para a implementação de adaptações curriculares.

Este artigo examina as adaptações curriculares como um fator-chave para a concretização da educação inclusiva nas escolas brasileiras. A proposta é entender de que maneira a diferenciação pedagógica pode ser aplicada para atender às necessidades de cada estudante, transformando o currículo de algo inflexível em uma ferramenta flexível e acessível. Com base em pesquisas e na análise das políticas educacionais atuais, o objetivo é discutir os obstáculos e as oportunidades desse método, ressaltando o valor do planejamento individualizado e da formação contínua de professores na criação de um ambiente educacional genuinamente inclusivo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O conceito de adaptação curricular transcende a mera simplificação do conteúdo. Ele se fundamenta na ideia de que o currículo deve ser flexível e adaptável às particularidades de cada estudante. A diferenciação pedagógica, nesse sentido, não é um favor ou uma exceção, mas a própria essência de uma educação equitativa. A abordagem de Vygotsky (1989), com sua teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), oferece uma base sólida para essa compreensão. Ele postula que a aprendizagem ocorre na interação social, com a mediação de um outro mais experiente, e que a intervenção pedagógica deve focar no que o aluno é capaz de fazer com ajuda, e não apenas no que já domina. As adaptações curriculares, portanto, atuam como mediadoras, removendo barreiras e permitindo que o estudante avance em sua ZDP.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça essa premissa ao orientar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os recursos pedagógicos devem ser complementares ou suplementares à escolarização, e não substitutos. Isso significa que a adaptação não segrega, mas integra, mantendo o aluno no currículo comum com as devidas modificações. As adaptações podem ser de diferentes níveis:

Tabela 1 - Níveis de adaptação

<b>Nível de Adaptação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor/Referência Teórica</b>
<b>Adaptações de Pequeno Porte</b>	Pequenas modificações no currículo, que se aplicam a toda a turma. Incluem mudanças na metodologia de ensino, estratégias de avaliação e recursos didáticos.	Maria Teresa Eglér Mantoan: A autora enfatiza que a flexibilização do currículo e a diferenciação pedagógica no cotidiano escolar são essenciais para a inclusão. Suas obras abordam a necessidade de o professor adaptar suas práticas para atender à diversidade.
<b>Adaptações de Médio Porte</b>	Adaptações mais específicas, focadas na organização dos conteúdos e na sua forma de apresentação. Incluem a priorização de objetivos, o ajuste de atividades e a redefinição de estratégias de avaliação para grupos de alunos ou para um aluno específico.	Rosângela Gavioli Prieto: Em suas análises sobre as políticas de educação inclusiva, Prieto discute como as adequações de conteúdo e a organização do ensino são fundamentais para o sucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais.
<b>Adaptações de Grande Porte</b>	Modificações substanciais nos objetivos, conteúdos, metodologia e critérios de avaliação do currículo, geralmente voltadas para estudantes com necessidades educacionais mais complexas. Pode incluir o desenvolvimento de um currículo funcional.	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): O documento orienta a criação de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a oferta de recursos e estratégias para complementar ou suplementar o ensino regular, indicando a necessidade de um currículo altamente individualizado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A implementação eficaz dessas adaptações exige um planejamento colaborativo entre professores do ensino regular, do AEE e a família. A ausência de diálogo e a falta de conhecimento sobre as necessidades do aluno são barreiras significativas.

## 2.1 Adaptações e suas particularidades

As adaptações curriculares representam a espinha dorsal da educação inclusiva no Brasil, servindo como uma ponte crucial entre o currículo formal e as necessidades reais dos alunos. É fundamental que as escolas e seus educadores adotem abordagens pedagógicas distintas e, acima de tudo, personalizadas, a fim de garantir a plena participação e o desenvolvimento de cada estudante.

As adaptações de pequeno porte, que se referem a ajustes na metodologia, nos recursos didáticos e na avaliação, são as mais comuns no cotidiano escolar. Elas incluem o uso de diferentes mídias, a ampliação do tempo para atividades ou a elaboração de avaliações mais acessíveis. A principal fragilidade desse nível reside na percepção de que são suficientes para garantir a inclusão

A professora e pesquisadora Maria Teresa Mantoan (2003) adverte que, embora necessárias, essas adaptações podem se tornar uma "maquiagem da inclusão" se não estiverem acompanhadas de uma mudança de paradigma. Para ela, a escola precisa se reestruturar por completo para a diversidade, e não apenas fazer pequenos ajustes pontuais. A dificuldade reside em convencer o corpo docente de que a mera aplicação de técnicas diferenciadas não substitui uma profunda reflexão sobre a própria prática pedagógica e a estrutura curricular.

Este nível de adaptação envolve a seleção e a priorização de conteúdos, a flexibilização do sequenciamento e a organização das atividades. A grande dificuldade aqui é a escolha do que é "essencial" e do que pode ser priorizado. A rigidez dos currículos formais e a pressão por cumprir uma matriz de conteúdo predefinida tornam essa tarefa complexa.

A educadora Rosângela Gavioli Prieto (2006) aponta que, para que as adaptações de médio porte funcionem, é fundamental uma estreita colaboração entre o professor da sala regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, a falta de tempo para planejamento conjunto, a

ausência de comunicação efetiva e a sobrecarga de trabalho são barreiras significativas. Uma perspectiva crítica, como a de autores que analisam o currículo sob uma ótica social, como Tomaz Tadeu da Silva (2009), sugere que o problema reside na própria natureza do currículo, que é concebido como um campo de disputas e controle.

As adaptações de grande porte são as mais complexas e controversas. Elas envolvem modificações significativas nos objetivos e conteúdos do currículo, podendo levar à construção de um currículo funcional ou individualizado para o estudante. Embora pareçam ser a solução para casos de deficiências severas, o maior risco é a segregação velada.

Maria Teresa Mantoan (2003) é uma das principais vozes a criticar a ideia de um "currículo à parte" para alunos com deficiência, mesmo que dentro da escola regular. Ela argumenta que essa prática, embora bem-intencionada, pode recriar a lógica da "escola especial" dentro da escola regular, privando o estudante da convivência com o grupo e reforçando a ideia de que ele não pertence ao currículo comum.

## **2.2 A Importância do plano de ensino individualizado (PEI): Um olhar sobre a aprendizagem individual**

A discussão sobre os diferentes níveis de adaptação curricular conduz a uma questão central: a necessidade de um planejamento individualizado. As adaptações não podem ser vistas como um conjunto de ações isoladas, mas como parte de uma estratégia maior, focada nas necessidades e potencialidades de cada estudante. É nesse ponto que a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI) se mostra crucial.

O PEI é mais do que um documento burocrático; ele é um roteiro pedagógico que orienta a prática docente, assegurando que as adaptações de pequeno, médio ou grande porte sejam aplicadas de forma coerente e significativa

para a aprendizagem. Sua relevância se manifesta em dois aspectos principais: 1. O Foco na Aprendizagem Individual: Do Currículo para o Aluno; 2. A Influência no Desenvolvimento Integral do Estudante.

Ao invés de tentar encaixar o aluno em um currículo pré-determinado, o PEI inverte a lógica. Ele parte do diagnóstico das habilidades, dificuldades e interesses do estudante para então definir os objetivos de aprendizagem, as estratégias e os recursos necessários. Essa abordagem, que se alinha com a perspectiva de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), garante que a intervenção pedagógica seja direcionada ao que o aluno realmente precisa para avançar. O PEI permite que o professor atue como um mediador eficaz, identificando e superando as barreiras de aprendizagem específicas do aluno, e não barreiras genéricas.

A não realização de um PEI adequado pode levar a uma educação padronizada que não atende às particularidades do estudante. Isso resulta em frustração, baixo desempenho e, em última instância, evasão ou exclusão escolar. A aprendizagem, nesse cenário, se torna um processo de repetição de conteúdo que não faz sentido para o aluno, minando sua motivação e autoconfiança.

A implementação eficaz de um PEI influencia não apenas o desempenho acadêmico, mas o desenvolvimento integral do estudante. Ao receber o apoio adequado para suas dificuldades, o aluno se sente valorizado e capaz de aprender. O sucesso em tarefas adaptadas e desafiadoras na medida certa fortalece sua autoestima e incentiva sua participação ativa em sala de aula.

As adaptações curriculares, quando planejadas individualmente, criam um ambiente de pertencimento. O estudante percebe que a escola se importa com sua jornada de aprendizagem e que seu progresso é valorizado. Isso tem um impacto direto em suas habilidades sociais, na sua autonomia e na sua capacidade de interagir com o grupo. Uma educação que reconhece e valoriza as diferenças, por

meio de um PEI bem estruturado, é o alicerce para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno tem a chance de alcançar seu potencial máximo.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem é qualitativa, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o tema das adaptações curriculares e a diferenciação pedagógica no contexto da educação inclusiva brasileira. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta a livros, artigos científicos e teses de doutorado de autores renomados na área de Educação Especial e Inclusão, como Vygotsky, Rosângela Gavioli Prieto, Maria Teresa Mantoan, entre outros.

Além disso, a análise documental incluiu a leitura e interpretação de leis, resoluções e diretrizes educacionais federais, como a LDB (Lei nº 9.394/96), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001). Essa triangulação de fontes (bibliográficas e documentais) permite uma visão abrangente, que contempla tanto a teoria pedagógica quanto às normativas que regem as práticas escolares no Brasil.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos documentos e da literatura revela um hiato entre o ideal normativo e a realidade prática das escolas brasileiras. Embora as políticas públicas orientem para a flexibilização e a adaptação curricular, a aplicação dessas diretrizes ainda é um desafio. Muitos professores relatam a falta de formação continuada específica, a sobrecarga de trabalho e a carência de recursos materiais e de apoio especializado para a realização das adaptações. Como resultado, a prática de

diferenciação pedagógica muitas vezes se resume à simplificação do conteúdo, o que pode levar a um currículo empobrecido e à estigmatização do estudante.

Outro ponto de discussão é a avaliação. Tradicionalmente, a avaliação nas escolas brasileiras é somativa, focada no resultado e na padronização. Uma abordagem inclusiva, no entanto, requer uma avaliação formativa, que acompanhe o processo de aprendizagem e use as informações para ajustar o plano de ensino e as adaptações. É fundamental que a avaliação reflita o progresso individual do aluno, e não sua performance em comparação com a média da turma.

A falta de um plano educacional individualizado (PEI) formal em muitas escolas também compromete o processo. O PEI é um documento essencial que detalha as necessidades do estudante, os objetivos a serem alcançados, as estratégias pedagógicas e as adaptações curriculares necessárias. Sua elaboração e revisão periódica garantem que a educação seja de fato personalizada e efetiva.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As adaptações curriculares são a espinha dorsal da educação inclusiva no Brasil. Elas são a ponte entre o currículo formal e as necessidades reais dos estudantes, permitindo que a escola se transforme em um espaço de acolhimento e desenvolvimento para todos. No entanto, a simples existência de leis e diretrizes não garante sua efetivação.

É urgente investir em políticas de formação continuada para os educadores, capacitando-os para a prática da diferenciação pedagógica e para a elaboração de planos educacionais individualizados. É preciso também que a gestão escolar garanta o tempo e os recursos necessários para que os professores possam planejar de forma colaborativa.

A inclusão, em sua essência, não se trata de encaixar o aluno no sistema, mas de modificar o sistema para que ele se adapte ao aluno. As adaptações

curriculares, quando bem planejadas e implementadas, são a expressão máxima desse princípio. Elas representam um passo crucial para a construção de uma educação mais justa, equitativa e, acima de tudo, humana. A reflexão sobre as práticas de diferenciação não deve ser um debate restrito, mas uma pauta central e permanente nas escolas, pois dela depende o futuro de milhares de estudantes.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: O lugar da educação especial na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.